



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

PUBLICAÇÃO DOS EXTRATOS DAS DELIBERAÇÕES AUTÁRQUICAS
E DECISÕES DOS RESPECTIVOS TITULARES COM EFICÁCIA EXTERNA
(N.º 1 E 2 DO ARTIGO 56.º, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO).
A LEITURA DESTES EXTRATOS NÃO DISPENSA A CONSULTA
DOS PROCESSOS RESPECTIVOS.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO

Deliberação n.º 1636/2015 (Processo 35139)

Arranjo Urbano e Paisagístico do Terreiro da Erva incluindo Remodelação de Infraestruturas

Aprovada a minuta do contrato da empreitada a celebrar com “Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA.”, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos e retificada a deliberação n.º 1361/2015, de 11 de maio, sendo que onde se lê “29 de abril de 2015 deverá ler-se 28 de abril de 2015”, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação n.º 1658/2015 (Processo 34819):

União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

Aprovadas alterações ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas para 2015 a 2017, nos termos do n.º 4 da cláusula 3.ª do referido contrato: reduzir as obras de Repavimentação da Rua da Paula – Castelo Viegas – 2.ª Fase, no valor inicial de 10.000 euros em 738 euros; Fornecimento e Aplicação de tout-venant na Rua Trás – Sobral Cid, no valor inicial de 2000 euros, redução de 117 euros; Pavimentação no lugar da Granja, no valor inicial de 9000 euros, redução de 557 euros; Pavimentação da Rua do Campo – Castelo Viegas, no valor inicial de 10.000 euros, redução em 2539 euros; Inserir uma nova obra: Requalificação do passeio da Rua de Santa Comba – no Bairro de Santa Clara, no valor de 3951 euros, montante igual ao reduzido nas obras acima indicadas.

PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA

Deliberação n.º 1656/2015 (Processo 34895):

Apoios concedidos excecionalmente com isenção de taxas

Ratificados os despachos que aprovaram os seguintes apoios concedidos excecionalmente com isenção de taxas e preços, conforme disposto no n.º 9 do art. 8.º do Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 381/2012, constante do Edital n.º 101/2012), publicado no Diário da República 2.ª série n.º 164, de 24 de agosto, pelo Edital n.º 792/2012, e Átrio dos Paços do Município e sítio da Internet, pelo Edital n.º 101/2012, com as correções introduzidas pelos Editais n.ºs 19/2013, 20/2013, 37/2013, 38/2013 e 92/2014: Cedências das salas Francisco Sá de Miranda, Polivalente e Casa da Escrita:

- AAC/Secção de Rugby – 1.º Fórum do Rugby – 11/09/2015 – 172,20 euros;
- APRe – Ass. Aposentados – debate – 14/09/2015 – 107,62 euros;
- Partido Comunista Português – reunião – 16/09/2015 – 150,67 euros;

Ratificar os despachos que aprovaram os seguintes apoios concedidos excecionalmente com isenção de taxas e preços, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Cedências de livros (Divisão de Cultura e Turismo):

- Grupo Folclórico Ceifeiros Corujeira – festival de folclore – 12/09/2015 – 30 euros;

Cedências de cadeiras:

- Grupo Regional de Danças e Cantares do Mondego – festival de folclore – 05/09/2015 – 73,80 euros.

Deliberação n.º 1657/2015 (Processo 34633):

O Teatrão – projeto educativo para Coimbra – apoio pontual

Atribuído ao “Teatrão” um apoio financeiro pontual no montante de 25.000 euros, nos termos das alíneas o) e u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para a realização de um projeto educativo, mediante a celebração de um protocolo de apoio financeiro pontual ao Associativismo Cultural

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

Deliberação n.º 1655/2015 (Processo 34066):

Apoios concedidos excecionalmente com isen- ção de taxas

Ratificados os despachos que aprovaram os seguintes apoios, no valor total de 1481 euros, concedidos excecionalmente com isenção de taxas, conforme disposto no n.º 9 do art. 8.º do Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 381/2012, constante do Edital n.º 101/2012, publicado no Diário da República 2.ª série n.º 164, de 24 de agosto):

- Federação Portuguesa de Natação – cedência do Centro Olímpico de Piscinas Municipais (COPM) para a realização de treinos de preparação para o Campeonato do Mundo de Juniores – 3 a 20 de agosto – 702 euros;
- Conselho de Arbitragem da Associação de Futebol de Coimbra – cedência da pista de atletismo e arena desportiva para a realização de provas de árbitros de futebol e de futsal – 29 de agosto, 6 e 13 de setembro – Pista de Atletismo/Pavilhão Municipal Multidesportos Mário Mexia (PMMMM) – 404 euros;
- Associação de Futebol de Coimbra – cedência de instalações para a realização do jogo da seleção nacional de Futebol feminino – 19 de setembro – Estádio Municipal de Taveiro – 375 euros.

HABITAÇÃO

Deliberação n.º 1650/2015 (Processo 34212):

Reparação de Habitações Municipais no Bairro da Fonte da Talha

Aprovado que o reequilíbrio financeiro da empreitada de “Reparação de Habitações no Bairro da Fonte da Talha, 16 de tipologia T3 e 8 de Tipologia T2”, seja reposto através da prorrogação do prazo até 18 de dezembro de 2015, com base no n.º 3 do art.º 282.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

REALOJAMENTOS:

Deliberação n.º 1651/2015 (Processo 33040):

Realojado o agregado familiar de O.F.M. na habitação municipal de tipologia T3, sita no Bairro do Ingote, Bloco 24 – 2.º eq.,-- pela renda mensal de 12,24 euros.

Deliberação n.º 1652/2015 (Processo 33901):

Realojado o agregado familiar de P.J.T.P. na habitação municipal de tipologia T3, sita no Bairro do Ingote, Bloco 25 – 2.º eq., pela renda mensal de 116,68 euros.

Deliberação n.º 1653/2015 (Processo 33874):

Realojada a munícipe R.M.C.F. na habitação municipal de tipologia T1, sita no Bairro do Ingote, Bloco 4 – cave dta., pela renda mensal de 20 euros.

AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

Deliberação n.º 1637/2015 (Processo 34967)

Concurso Público n.º 1/2015 – Aquisição de Ser-

viços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Aprovada a minuta do contrato, a celebrar com SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA., nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos.

Deliberação n.º 1639/2015 (Processo 35265):

Limpeza de instalações municipais

Emitido parecer prévio favorável à aquisição de serviços de limpeza de instalações municipais, pelo período de um mês, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e para os efeitos dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2015), seguindo-se o respetivo procedimento regulado no Código dos Contratos Públicos, sendo que o valor global do contrato ascende a 49.666,60 euros, acrescido de IVA.

Deliberação n.º 1640/2015 (Processo 35275):

Limpeza de instalações municipais

Aprovado, em alternativa ao que consta do caderno de encargos da consulta ao abrigo de acordo quadro n.º 5/2015, relativa a serviços de limpeza de instalações municipais, que seja considerado como início do contrato o dia 1/11/2015, mantendo-se, todavia, o prazo contratual de 24 meses.

Deliberação n.º 1654/2015 (Processo 35128):

Limpeza urbana do centro da cidade

Emitido parecer prévio favorável à aquisição de serviços para a limpeza urbana no centro da cidade de Coimbra: Zonas da Alta/Baixa e Concha-da/Celas, de acordo com o caderno de encargos e nos termos dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2015), seguindo-se o respetivo procedimento regulado no Código dos Contratos Públicos, sendo o valor global do contrato 68.990,80 euros, acrescido de IVA.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

Deliberação n.º 1643/2015 (Processo 2826):

João Ramos de Carvalho – projeto de arquitetura

Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura, ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 27.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), considerando a admissibilidade da exceção do cumprimento do índice de impermeabilização, relativo ao procedimento para a legalização de uma construção destinada a armazém, que contempla a realização de obras de construções.

Deliberação n.º 1644/2015 (Processo 1944):

Jorge Manuel Gaspar de Almeida e Sousa – in- formação prévia de loteamento

Emitido parecer favorável ao pedido de informação prévia, mediante o cumprimento das condições enunciadas na informação n.º 1944/2015/DGU, em futuro procedimento de licenciamento de operação de loteamento a submeter à Câmara Municipal.

Deliberação n.º 1645/2015 (Processo 3158):

António Ferreira Cotovio – aditamento/alte- rações

Deferido o projeto de arquitetura que instrui o registo n.º 35129/2015, ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 27.º do Regulamento do PDM para efeitos de enquadramento da majoração de 24,7% relativamente à superfície de pavimento admissível, e no âmbito do disposto no art.º 102º-A do RJUE, para efeitos de legalização das alterações introduzidas a uma edificação.

Deliberação n.º 1646/2015 (Processo 35050):

Encosta da Sofia – Requalificação da Rua Pedro Rocha, Rua e Travessa de Montarroio e Ladeira do Carmo – abertura de concurso

Aprovado o projeto, o programa de procedimento, o caderno de encargos, o Plano de Segurança e Saúde em Projeto e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da empreitada, sendo que a intervenção na Rua Pedro Rocha deverá ser feita com recurso à aplicação de materiais nos pavimentos semelhantes aos aplicados nas “rampas” da Praça 8 de Maio; aprovada a abertura do concurso público, enquadrável na alínea b) do artigo 19.º do CCP, publicado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado através do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, conforme a minuta de anúncio, com o preço base de 469.190 euros (acrescido de IVA) e prazo de execução de 300 dias.

Deliberação n.º 1647/2015 (Processo 35003):

Requalificação da Rede Viária do Concelho 2015/2016

Adjudicada a empreitada à firma Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A., pelo valor de 883.200,01 euros (acrescido de IVA), com um prazo de execução de 330 dias.

Deliberação n.º 1648/2015 (Processo 33827):

Arbitragem das parcelas da Zona 1 do proces- so de expropriação para construção do Parque Tecnológico de Coimbra – 2.ª Fase – pedido de parecer prévio – aditamento

Emitido parecer prévio favorável à aquisição de serviços de arbitragem das parcelas da Zona 1 de expropriação da obra “Parque Tecnológico de Coimbra – 2.ª Fase”, conforme disposto nos artigos 38.º, 42.º e seguintes do Código das Expropriações e nos termos dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2015), sendo que o valor global do contrato ascende a 13.770 euros, acrescido de IVA.

Deliberação n.º 1649/2015 (Processo 33587):

Estabilidade das margens do Mondego entre a Ponte Açude e a Ponte de Santa Clara – Mar- gem direita

Aprovado o relatório final do Estudo da estabilidade das margens do Mondego, entre a Ponte de Santa Clara e o Açude-Ponte e o desenvolvimento de um procedimento para a elaboração do respetivo projeto de execução nos termos do Código dos Contratos Públicos.

OUTROS

Deliberação n.º 1641/2015 (Processo 35343):

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – si- tuação económico-financeira do Município de Coimbra referente ao 1.º semestre de 2015

Tomado conhecimento do relatório sobre a situação económico-financeira do Município de Coimbra referente ao 1.º semestre de 2015; enviado à Assembleia Municipal.

Deliberação n.º 1642/2015 (Processo 34112):

Alteração ao Orçamento n.º 15 e Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) n.º 14 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 16/2015) Tomado conhecimento do despacho do presidente, de 17/9/2015, que ratificou o despacho da vice-presidente, de 9/9/2015, que aprovou a Modificação aos Documentos Previsionais n.º 16/2015, no valor total de 439.291 euros de reforços e de anulações no Orçamento da Despesa, sendo 375.291 euros de reforços e de 332.751 euros de anulações em despesas correntes e de 64.000 euros em reforços e de 106.540 euros em anulações de despesas de capital.